

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: O PL do Gás e a distribuição.....	2
Título: Siemens se associa à Brasol para crescer em energia solar	4
Título: Refinaria a plena carga teria efeito sobre o PIB.....	6
Título: Engie aceita vender parte de suas ações na Suez à Veolia	8
Título: Secretaria cria grupo de combate a abusos regulatórios	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: A venda das refinarias da Petrobrás	11
Título: Brasil é o 8º que mais cria vagas em energia solar	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Lei do gás e só	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/10/2020****Seção: Opinião****Autor: Marcos Cintra e Daniela Santos****Título: O PL do Gás e a distribuição**

A Câmara dos Deputados aprovou, em 2 de setembro, por 351 a 101 votos, o Projeto de Lei 6407/2013 - o chamado PL do Gás Natural. A proposta, agora no Senado, é passo fundamental para o desenvolvimento do setor, pois dá acesso às infraestruturas essenciais, garante independência no transporte, lança programa de desconcentração do mercado e agiliza a outorga dos gasodutos de transporte e estruturas de estocagem, que passa de concessão para autorização.

Como é usual no processo legislativo, o PL sofreu críticas durante sua tramitação. Visto inicialmente como audacioso, teve sua ação reformadora embaraçada ao ser acusado de adentrar em temas atinentes à esfera estadual, como a distribuição. Era resistência esperada, pois em setores com grande interdependência entre seus componentes e propriedade dispersa entre os agentes, é comum que as mudanças esbarrem na dificuldade de todos os segmentos perceberem as relações sistêmicas mais amplas de suas decisões. Assim, ainda que um movimento de transformação setorial seja horizontalmente benéfico, é difícil fazê-lo de forma simultânea e consensual.

Atribuir às concessionárias atividades além da distribuição gera insegurança jurídica

Embora o PL não invadisse a competência estadual, seus defensores, em busca de convergência, retiraram do texto dispositivos que, embora primordiais, geravam controvérsia e poderiam atrasar seu andamento. A ausência no texto de uma definição uniforme da figura do consumidor livre é um caso. A atribuição, desse modo, permanece com cada Estado, o que, na prática, resulta em grandes disparidades. Os parâmetros de consumo para que um consumidor seja classificado como livre, por exemplo, variam de 500 mil (o que na prática habilita apenas termelétricas) a 10 mil m³ /dia - diferenças da ordem de 4.900%.

A exclusão de tais pontos do texto, entretanto, não pacificou seus críticos, que apenas mudaram de opinião. A partir dali o PL, antes ousado, passou a ser considerado “tímido” e até “desnecessário”. O pano de fundo desse debate envolve direitos de propriedade, custos de transação, estruturas de governança do setor, busca de renda e atuação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico ou na manutenção de mercados exclusivos. Embora o desenho de

mercado atual tenha imposto ao setor um crescimento acanhado, muito aquém do seu potencial, não se trata de uma disputa entre bons e maus, mas de visões diferentes sobre a forma pela qual a estrutura de mercado pode ajudar ou dificultar o desenvolvimento.

Nessa diversidade de opiniões, há um ponto que, acredita-se, todos deveriam compreender: o monopólio das distribuidoras, definido no § 2º do art. 25 da Constituição Federal - “Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação” - se refere, exclusivamente, à distribuição de gás natural.

À primeira vista essa definição parece simples, mas alguns Estados criaram regras e contratos indicando que a distribuição seria mais ampla do que, de fato, conceitualmente e legalmente ela é. Nessa confusão, é preciso deixar claro: comercialização de gás natural não é distribuição. Compra de molécula não é distribuição. Movimentação de gás natural para consumo próprio, sem uso de gasodutos de distribuição, não é distribuição. Atribuir às concessionárias atividades que vão além da distribuição gera insegurança jurídica e cria obstáculos para aqueles que já estão prontos para investir no setor e/ou consumir a molécula. E isso não é uma questão de opinião.

A atividade de comercialização de gás não reúne as características de um monopólio natural e é potencialmente competitiva ao longo de toda a cadeia. Impor um monopólio ao consumidor sem justificativa econômica, tornando-o dependente de um único ofertante, é condenável sob os mais variados aspectos.

Como o PL, frise-se, não dispõe sobre a distribuição de gás - leis não podem contrariar normas constitucionais, sob pena de inconstitucionalidade -, um passo fundamental para o pleno desenvolvimento desse mercado é levar esse debate aos Estados. Nesse sentido, urge modernizar as legislações estaduais, fortalecer suas agências reguladoras, aprimorar e harmonizar suas regras e ao mesmo tempo garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com as distribuidoras locais, respeitando seu papel de agentes essenciais para o sucesso do setor.

Nesse sentido, é louvável a iniciativa do Comitê de Monitoramento da Abertura de Gás Natural de elaborar o Manual de Boas Práticas Regulatórias, endereçado aos estados e ao Distrito Federal. O documento, colocado em consulta pública pela ANP, contém um conjunto de referências cujo objetivo é orientar e incentivar, sem imposição, o aperfeiçoamento e a uniformização das normas estaduais, além do fortalecimento de suas agências reguladoras.

Os Estados -e distribuidoras - que saírem na frente e se adaptarem às futuras diretrizes e regras vão naturalmente atrair termelétricas e investimentos dos setores industriais, ávidos pela boa nova do gás a preço competitivo e suprimento garantido e diversificado. Os exemplos positivos deverão atrair outros, tornando o desenvolvimento um caminho sem volta. Para todos, inclusive para as distribuidoras.

Como o PL do Gás não trata da distribuição e a adesão às boas práticas será voluntária, espera-se que os Estados liderem sua própria modernização junto às distribuidoras e ofereçam uma visão do futuro que permita aos demais agentes percebê-los como aliados do desenvolvimento do setor de gás natural e do Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Siemens se associa à Brasol para crescer em energia solar

Buscando ampliar a presença no segmento de energia solar, a Siemens acaba de fechar a compra de 49% da Brasol, empresa que atua com geração distribuída fotovoltaica no modelo “energia como serviço” (em inglês, “Energy as a Service”, ou EaaS). As companhias não revelaram o valor da transação, realizada através da área de “private equity” da Siemens Financial Services, mas sustentam que o investimento é um dos maiores de capital estrangeiro já realizado nesse segmento no país.

“Estamos de olho na área há algum tempo. A Brasol tem uma proposta diferenciada, eles enxergam a geração distribuída como um produto financeiro, e trazem tudo de uma forma muito bem pensada para que um investidor institucional possa participar”, afirma David Taff, diretor de investimentos no Brasil da Siemens Financial Services.

A Brasol foi fundada há três anos por Ty Eldridge e outros dois executivos que têm experiência internacional em geração solar em mercados da Europa, Ásia e América do Norte. Segundo Eldridge, que também ocupa a posição de CEO, um dos grandes diferenciais da companhia é a capacidade de aplicar, nos projetos, as melhores práticas globais. “Temos o estilo americano para a área financeira e de contratos, o alemão para construção e engenharia e o japonês para manutenção e gestão de ativos. Reunimos isso com a expertise brasileira para realmente impulsionar o mercado”.

O modelo de negócios da Brasol consiste em oferecer aos clientes a energia “como serviço”, promovendo economias imediatas na conta de luz. A empresa fica responsável pela aquisição e instalação das placas solares e pelo gerenciamento do sistema de geração, de modo que o cliente não precisa fazer desembolsos para a compra ou operação da usina. Os projetos são construídos no formato “atrás do medidor” (no jargão do setor, “behind the meter”, ou BTM), o que permite à Brasol trabalhar com clientes menos “comuns” da geração distribuída, como indústrias e shoppings.

Atualmente, a companhia tem seis usinas de geração solar em construção. Os empreendimentos somam pouco mais de 5,5 megawatts (MW) e estão localizados nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e Tocantins. O plano é chegar ao fim de 2021 com um portfólio de 40 MW.

“O Brasil tem quase 6 mil empresas de desenvolvimento de energia solar, mas não são muitas que têm capital para executar os projetos. Agora, teremos capacidade não só para baixar o custo da energia, mas também criar mais valor”, afirma Eldridge. Através do acordo, os clientes da Brasol poderão ter acesso a ferramentas, serviços digitais e soluções de energia desenvolvidas pela gigante alemã, que podem proporcionar economias ainda maiores.

“Esse vínculo próximo com o cliente gera muita informação e dados sobre o consumo de energia, gargalos técnicos, entre outros. Isso gera novas propostas de negócios para que a Siemens possa oferecer tecnologias e soluções”, diz Taff.

A Siemens vem apostando fortemente nas oportunidades que têm surgido a partir do movimento de transição energética e inovação no setor elétrico. O grupo se reestruturou globalmente e acabou de realizar a cisão da Siemens Energy, empresa que reuniu negócios de petróleo e gás, geração e transmissão de energia e serviços relacionados.

De acordo com o responsável pelos investimentos da Siemens Financial Services no Brasil, novos investimentos em “energia como serviço” estão no radar. O primeiro passo na área foi dado em agosto do ano passado, quando a companhia anunciou aportes numa empresa que disponibiliza baterias de armazenamento de energia a partir de contratos de performance. “Esse investimento do ano passado deflagrou uma transformação a nível global”, afirma Taff.

Um exemplo, diz o executivo, é a criação pela Siemens de uma empresa de geração distribuída de energia junto com o grupo financeiro Macquarie nos Estados Unidos. Anunciada ontem, a joint venture foi nomeada Calibrant Energy e também trabalhará no modelo de “energia como serviço”. “Essa iniciativa é uma continuidade do que deflagramos aqui, vai no mesmo sentido. Lá, a

Siemens Financial Services e a Smart Infrastructure se juntaram a outro grupo para entrar nesse mundo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Carro e André Ramalho

Título: Refinaria a plena carga teria efeito sobre o PIB

A operação a plena capacidade das 13 refinarias da Petrobras, e não no nível médio de 75% registrado no primeiro semestre do ano, teria impacto positivo superior a R\$ 3,6 bilhões sobre o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, além de pressionar para baixo a inflação medida nos setores de transportes e alimentos e bebidas, entre outros. Desenvolvida por professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ), a simulação teve como ponto de partida os dados da edição deste ano do Balanço Energético Nacional, publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As conclusões do estudo vão de encontro à política adotada pela Petrobras de privilegiar a exportação de petróleo bruto e importar derivados de maior valor agregado. “Nesse contexto, me parece que é um erro maior ainda vender refinarias”, argumenta o professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, Amaro Pereira, um dos autores da simulação. Na quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a venda de refinarias da Petrobras à iniciativa privada sem que haja a necessidade de licitação ou autorização do Congresso Nacional.

Pelos cálculos de Pereira e do economista Joilson Cabral, da UFRRJ, a produção de um volume maior de derivados pela Petrobras, a um custo mais baixo que o dos importados, diminuiria em 2,04% a inflação setorial de transportes. No segmento de alimentos e bebidas, essa queda seria de 0,54%. Já a inflação medida para o ramo de produtos agropecuários seria reduzida em 0,62%. A simulação leva em conta uma redução da capacidade ociosa de 25% registrada no primeiro semestre de 2020 para um patamar de 5%. Isso significaria trabalhar com 95% da capacidade de refino da Petrobras.

Os números do balanço publicado pela EPE foram usados para montar uma “refinaria representativa”, virtual, capaz de refletir as características e a capacidade de produção de todas as unidades de refino da Petrobras.

O volume de derivados que seria produzido alimentou um modelo matemático calcado na matriz insumo-produto de 2017 - um retrato da estrutura produtiva

brasileira utilizado no cálculo das Contas Nacionais pelo IBGE. “A matriz insumo-produto capta justamente essa interdependência dos setores”, resume Cabral. No ano passado, as exportações de petróleo pela companhia somaram US\$ 24 bilhões, enquanto as importações de derivados totalizaram US\$ 14 bilhões.

A Petrobras vem operando seu parque de refino com taxas de ociosidade crescentes. Se na primeira metade da década de 2010 a companhia operava suas refinarias muitas vezes próximas de suas respectivas capacidades plenas, em meio ao aquecimento do mercado, nos últimos anos a estatal vem reduzindo o fator de uso de suas unidades para a casa dos 70%.

O ponto de inflexão na gestão do parque de refino se deu na administração do então presidente Pedro Parente, dentro de uma estratégia de negócio que passou a priorizar mais a rentabilidade das operações do que os volumes de produção. Desde então, a Petrobras passou a buscar um “ponto ótimo” de operação que poucas vezes tem ultrapassado a marca dos 80% da capacidade.

A petroleira alega que, a partir desse “ponto ótimo”, o refino começa a gerar derivados de menor valor agregado e baixa rentabilidade em mercados muitas vezes distantes das refinarias - o que aumenta o custo de transporte dos produtos e, conseqüentemente, suas rentabilidades.

O sócio-diretor da consultoria Leggio, Marcus D’Elia, explica que, dentro da estrutura atual do parque de refino da Petrobras, operar a plena capacidade significa produzir derivados de frações mais pesadas, como asfalto e óleo combustível. A expectativa, segundo ele, contudo, é que, com a abertura do mercado, os novos operadores invistam na adaptação de suas refinarias, para elevarem a produção dos derivados mais nobres e, assim, otimizem mais a produção.

“Esperamos que algumas melhorias no refino venham a permitir mudanças nos cortes das refinarias. Os novos refinadores terão interesse em adequar o mix de produção, aumentando destinação do petróleo para produzir derivados de maior valor. A expectativa é que eles venham a atingir patamares de uso da capacidade acima de 90%, de forma a rentabilizar os investimentos. A Petrobras hoje não tem interesse em fazer esses investimentos”, afirmou D’Elia.

A diretora de refino e gás natural da Petrobras, Anelise Lara, explica por sua vez que hoje o parque de refino é gerido pela estatal, responsável por 98% da capacidade instalada, de forma integrada. Ela afirma que as refinarias não são independentes e assumem cotas de produção de determinados derivados, dentro de um balanço geral que reflete a posição monopolista da petroleira e o seu papel histórico de garantidora do suprimento ao mercado nacional. Essa

visão centralizada, no entanto, tende a dar lugar a operadores independentes que farão a gestão de suas refinarias dentro de outra lógica.

“Temos refinarias onde usamos 70%, outras 65%, 75%, 80% da capacidade, dependendo da necessidade de produção de derivados. Mas quem compra uma refinaria e faz um investimento bilionário não vai ficar gerindo a sua única refinaria com fator de utilização de 60%, 70%. Ele vai querer otimizar e aumentar o máximo de produção que ele puder. E isso significa avançar sobre os mercados de outros [refinadores]. Não tenho dúvidas de que a competição vai existir e vamos ver muito provavelmente refinarias sendo utilizadas a exaustão e produzindo derivados, eventualmente, até para outros países”, afirmou a executiva, durante evento on-line em agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/10/2020

Seção: Empresas

Autor: David Keohane

Título: Engie aceita vender parte de suas ações na Suez à Veolia

A Engie concordou formalmente em vender a maior parte de sua participação no grupo francês de água e de rejeitos Suez à Veolia. O negócio pôs fim à primeira fase de uma ácida tentativa de tomada de controle e prepara o caminho para a próxima.

Após fazer uma primeira oferta por 29,9% do capital da Suez controlado pela Engie, no fim de agosto, o grupo concorrente de serviços de água Veolia conseguiu o que pretendia na noite de ontem.

A Veolia pagou € 18 por ação, ou € 3,4 bilhões. A Engie disse que o negócio gerará ganho antes dos impostos de capital de € 1,8 bilhão. “[A venda] possibilitará à Engie sanear seu perfil e ampliar a capacidade de investir em energias e infraestrutura renováveis, as duas áreas de crescimento nas quais está se concentrando para respaldar a transição energética”, disse Jean-Pierre Clamadieu, presidente do conselho de administração da Engie.

A Veolia disse desejar que essa aquisição seja seguida pela compra final do restante da Suez. Um plano que a empresa-alvo qualificou de “especialmente hostil”.

A Engie, parcialmente controlada pelo governo francês, disse no fim de julho que estava preparada para vender sua participação de 32% na Suez. O grupo energético passava por período de turbulência após expulsar seu executivo-chefe, em fevereiro, e tentava restabelecer a ordem na empresa por meio de uma nova estratégia.

As ações da Engie caíram 20% neste ano, e ela apenas nomeou um novo executivo-chefe na semana passada. A venda para a Suez representa mais de 40% de suas pretendidas alienações de ativos, disse Clamadieu.

Após ter sua primeira oferta rejeitada pela Engie, a Veolia elevou sua oferta no fim de setembro. A Engie solicitou, e obteve, mais tempo para tomar sua decisão definitiva, juntamente com um compromisso de que a operação seria amigável.

Durante o fim de semana a Veolia disse que “se compromete incondicionalmente a não fazer uma oferta hostil” e que qualquer “oferta pública de tomada de controle do capital restante da Suez... exigirá uma recepção anterior favorável da parte do conselho de diretores da Suez”.

No entanto, a Suez manteve sua oposição, apesar de ter sido retirada ontem uma oferta alternativa que a empresa vinha apoiando, feita pelo grupo privado de participações francês Ardian.

Essa alternativa tinha sido comunicada à Engie na semana passada, mas era desprovida de qualquer preço definido e teria de consumir seis semanas de devidas avaliações de contas (conhecidas como “due dilligence” em inglês) antes de se viabilizar, de acordo com pessoas familiarizadas com a questão.

A Suez disse que “lamenta a precipitação desnecessária dos membros do conselho da Engie em recusar-se a estudar e a discutir um projeto alternativo” e que empregará “todos os meios de que dispõe para evitar a tomada de controle gradual ou um controle ‘de facto’”.

O governo francês, que detém 22% do capital da Engie, disse ter votado contra o negócio na reunião do conselho de administração de ontem devido à “ausência de um acordo amigável entre as duas empresas Veolia e Suez”.

Clamadieu disse na noite de ontem acreditar que continua possível chegar a um negócio amigável entre a Suez e a Veolia, mas que “um novo adiamento não teria levado a um acordo”.

Se as negociações continuarem hostis, a principal arma da Suez poderá ser a pílula envenenada (fator de desvalorização da empresa) criada no mês passado quando pôs seus ativos hídricos franceses, que a Veolia esperava vender para esvaziar preocupações antitruste, em uma fundação protegida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/10/2020

Seção: Brasil

Autor: Ana Paula Ragazzi**Título: Secretaria cria grupo de combate a abusos regulatórios**

A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (Seae) do Ministério da Economia criou a Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (Fiarc). O objetivo, conta o secretário Geanluca Lorenzon, é combater abusos regulatórios.

“A nossa ideia é investigar e cassar abusos regulatórios, como diz a Lei da Liberdade Econômica, para exercer a competência que a lei de concorrência nos dá, que é identificar atos normativos anticompetitivos”, afirma.

Lorenzon, que está à frente da Seae desde maio, explica que o sistema brasileiro de concorrência, está dividido entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que acompanha os entes privados; e a Seae, que tem a função de promover a concorrência, principalmente, no meio público. Essa competência da secretaria, de identificar eventuais normas que sejam anticompetitivas, existe há cerca de dez anos. Mas esse trabalho vinha sendo feito sem procedimentos definidos.

“Estamos criando agora um procedimento padrão, transparente e público. Queremos deixar uma cultura organizacional correta”, afirma Lorenzon.

A Fiarc vai trabalhar com denúncias. Determinado agente, pessoa física ou jurídica, vai encaminhar à frente uma denúncia relacionada a alguma norma da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, que esteja causando problema concorrencial. Pode ser uma regra da Comissão de Valores Mobiliários, para citar um exemplo.

A partir da denúncia, a Fiarc vai abrir uma investigação, fará um estudo, ouvirá o órgão envolvido, fará audiência pública, convidará especialistas e, no fim desse período, que deverá ser de 120 dias, chegará a uma conclusão. Se for identificado o abuso regulatório, a frente vai encaminhar essa conclusão ao órgão cuja norma foi denunciada com uma sugestão de revisão. Se chegar à conclusão de que o assunto merece apenas algum aprimoramento, igualmente a secretaria recomendará algum caminho ao órgão. A terceira possibilidade é a frente avaliar que não há nenhum problema com a norma.

A expectativa, no primeiro ano de vida da Fiarc, é de aceitar três denúncias para análise por mês. Internamente, a avaliação é que os principais setores analisados serão mercado de capitais, insumo para a construção civil e saúde e sanitário como um todo.

Até o fim do mês, a Fiarc deverá ter um chefe nomeado, diz Lorenzon. A formação da frente vai variar conforme a denúncia. A Seae é dividida entre diversas coordenações setoriais, como mineração, petróleo e gás, saúde, outros serviços financeiros, mercado de capitais e comércio exterior. “Dependendo da área que será questionada, haverá uma equipe para a frente.”

A Fiarc terá essa função reativa na reavaliação da legislação, afirma Lorenzon, destacando que a função de “escaneamento” das leis para identificar eventuais problemas ficará com o “observatório de desregulamentação”, outra iniciativa deste governo.

A criação da Fiarc foi publicada no “Diário Oficial da União” de ontem, por meio de uma instrução normativa. É mais uma iniciativa do governo, explica Lorenzon, para transformar a carga regulatória brasileira, que define como a mais cara e a segunda pior do mundo, citando dados de estudos do Banco Mundial e da OCDE.

O governo, afirma Lorenzon, tem atacado esse problema em três frentes. Na primeira, começou a enfrentar o que chama de “estoque desconhecido”, por meio de triagem, revisão e consolidação de todas as normas federais para renová-las, na segunda fase, de modernização. A Fiarc é a terceira fase, que busca eliminar distorções.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/10/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: A venda das refinarias da Petrobrás

Por 6 votos contra 4, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar autorizando a Petrobrás a vender refinarias sem a exigência de autorização prévia do Poder Legislativo. Apesar da margem apertada e ainda que o caso não tenha sido julgado, a liminar assegura à empresa liberdade para ser gerida de acordo com os interesses de seus acionistas.

Além de destravar a gestão da Petrobrás, a decisão aumenta a segurança jurídica e garante um ambiente mais saudável para os negócios. Entre outros motivos, porque abre um precedente permitindo que empresas sob controle da União também possam adotar a mesma estratégia para equilibrar suas receitas e se desfazer de negócios que não estão no rol de suas atividades-fim. O caso foi julgado a pedido de lideranças políticas que questionavam a liberdade da Petrobrás de vender subsidiárias sem o aval do Legislativo. A empresa pretende

vender oito subsidiárias da área de refinamento, para se capitalizar e concentrar investimentos na sua atividade-fim.

Pressionados por forças políticas regionais e por entidades sindicais vinculadas à Federação Única dos Petroleiros, líderes partidários na Câmara e no Senado se opuseram à venda. Do ponto de vista formal, alegaram que em 2019 o Supremo já havia decidido que, nos negócios em que a Petrobrás perde o controle acionário de suas subsidiárias, as negociações só podem ser feitas com autorização do Congresso. Afirmaram também que a venda num período de crise de saúde pública e econômica reduziria os preços dos ativos e que o Judiciário não pode “atropelar” o Legislativo.

Ao justificar a liminar, os seis ministros que a concederam invocaram argumentos sensatos. Deixaram claro que a sobrevivência de uma empresa depende do livre exercício da discricionariedade de gestão de seus executivos. Alegaram que, com a venda de subsidiárias problemáticas, a empresa busca alcançar mais eficiência e mais rentabilidade.

Lembraram que a Petrobrás já vinha sofrendo pressões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para se desfazer de certos negócios, principalmente na área de distribuição de gás. O Supremo agiu com correção. Especialistas em infraestrutura lembram que a venda de subsidiárias pela Petrobrás amplia a competição, atraindo novos investimentos para o setor e criando mais empregos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/10/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Brasil é o 8º que mais cria vagas em energia solar

O Brasil entrou pela primeira vez no ranking dos dez países que mais geraram emprego no setor de energia solar fotovoltaica em 2019, ficando em oitavo lugar e deixando para trás líderes históricos do segmento, como Alemanha e Reino Unido, informou ontem a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). O ranking é elaborado pela Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), que em relatório mostrou que o setor de energia renovável gerou 11,5 milhões empregos no mundo em 2019, com a participação majoritária da indústria solar fotovoltaica em 3,8 milhões de postos de trabalho, um terço do total.

O Brasil gerou mais de 43 mil empregos no setor solar fotovoltaico no ano passado, mas, segundo o levantamento da Absolar, baseado em premissas mais

abrangentes e que incorporam todos os elos da cadeia de valor do setor com operações no País, a contratação total em 2019 atingiu a marca de 60 mil trabalhadores. “De acordo com o estudo, no quesito igualdade de oportunidades, o setor de renováveis é mais inclusivo e equilibrado em relação ao gênero, com as mulheres representando 32% dos postos, valor significativamente superior ao encontrado no setor de combustíveis fósseis, em que a representatividade feminina é de apenas 21%”, disse a Absolar em nota. Segundo o presidente da entidade, Rodrigo Sauaia, a energia solar fotovoltaica terá função cada vez mais estratégica para o atingimento das metas de desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Brasil e dos demais países.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/10/2020

Seção: Política

Autor:

Título: Lei do gás e só

A depender dos palpites de 174 parlamentares ouvidos pela XP Investimentos, apenas a Lei do Gás tem alta chance de ter sua votação concluída, na Câmara e no Senado, este ano: 53% classificaram as chances como altas. Já a privatização da Eletrobras ficou em 12% em termos de alta chance de aprovação este ano. O Renda Cidadã, 32%.

CAPAS DE JORNAIS

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.424

TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

Ciência B6

Nobel de Medicina

Dois americanos e um britânico receberam o prêmio de 2020 pela descoberta do vírus da hepatite C. O achado, ocorrido há 30 anos, contribuiu para evitar milhões de mortes.

Esporte B7

Atletas devem decidir a eleição presidencial do COB pela primeira vez

Ilustrada B8

Para artistas que querem retratar tragédia, Beirute não existe mais

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	4,9 mil	146,8 mil
Ontem*	27,5 mil	659
Varição**	-8,7%	-11,9%

Estágio

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	36,2 mil
2º RJ	18,8 mil
3º CE	9,1 mil

Situação nos municípios

- Acelerado

Mauá (AM)

Goiana (GO)

Porto Alegre (RS)

Uberlândia (MG)

- Estável

Rio de Janeiro (RJ)

Curitiba (PR)

Belo Horizonte (MG)

São Luís (MA)

Dados das 20h de 5.out

*Média móvel de 7 dias

**Em relação a 14 dias

Decreto que recria escola especial gera reação

Norma assinada por Jair Bolsonaro que abre espaço para a volta de escolas especiais e revive possibilidade de separar alunos com deficiência tem sido alvo de crítica. Especialistas em educação apontam retrocesso. Cotidiano B1

Se for possível, enviem seus filhos à escola com segurança

Rosseli Soares
Secretário paulista de Educação
Cotidiano B2

Empresas burlam regras e mantêm disparos em massa

Um ano após proibição do TSE, investigação da Folha e denúncias expõem prática via WhatsApp

Quase um ano após o TSE proibir os disparos em massa para fins políticos, a indústria de mensagens eletrônicas por WhatsApp e de extração de dados pessoais de eleitores por Instagram e Facebook continua a operar, relata Patrícia Campos Mello.

Investigação da Folha e denúncias de candidatos a vereador mostram que ao menos cinco empresas oferecem o serviço a postulantes para as câmaras municipais e prefeituras. A prática está sujeita a multa e até a uma eventual cassação de chapa.

Um homem que tenta vender contatos do Instagram diz a um candidato: "Pega uma localização onde você sabe que as vacas vão te dar leite, não adianta você ir lá do outro lado da fazenda para achar aquela vaca magra. Então pega as vacas gordas".

Identificado como Welbert Gonçalves, da Automatize Soluções Empresariais, ele afirma que consegue evitar o banimento dos chips pelo WhatsApp ao fazer envio em massa. Procurado, declarou que só vende o software. "Está tudo dentro das regras".

O WhatsApp informou que está enviando notificações extrajudiciais e, em alguns casos, processando empresas que violam seus termos. O TSE criou, com a rede social, um canal de denúncias de notícias falsas e de disparos em massa. Poder A4 e A6.



Donald Trump retira máscara do rosto ao chegar à Casa Branca, após deixar hospital militar na noite de ontem. Nicholas Kamen/AFP

Após três dias, Donald Trump deixa hospital

O presidente dos EUA, Donald Trump, deixou ontem, caminhando, o hospital militar Walter Reed, para onde foi levado na sexta (3) após a confirmação de infecção pelo coronavírus. O tratamento continuará na Casa Branca. "Não tenha medo da Covid", escreveu. Mundo A15

ESTADO ALTERADO
China flexibiliza, mas ainda interna dependente à força

A China passou a admitir internação voluntária de dependentes de drogas após lei de 2008, embora envie casos tidos como graves a campos de reabilitação. Ainda não há discussão sobre a descriminalização. Mundo A12 e A14

Kassio sinaliza ser pró-tese que pode ajudar Alcolumbre

Poder A11

Hélio Schwartsman
Diretas já para as eleições da OAB

A democracia interna da OAB lembra mais a do Partido Comunista da Mongólia do que a de uma entidade afeita ao "Zeitgeist" do século 21. A eleição dos cargos mais importantes é indireta e sob vara (com voto obrigatório). E ignora o princípio do "um homem, um voto". Opinião A2

Apps de bancos
ficam instáveis
no 1º dia do Pix

Sistemas de grandes bancos falharam ontem, 1º dia de cadastro do Pix, e clientes tiveram dificuldade de acessar aplicativos. Especialistas afirmam que o tamanho do sistema e a concentração bancária podem ter feito com que processos desses bancos tenham se engasgado. Mercado A24

Maia se desculpa
e pede a Guedes
respeito ao teto

Após jantar de reconciliação com Paulo Guedes, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que foi "indelicado" e "grosseiro" com o ministro. Ele voltou a defender soluções dentro do teto de gastos e disse que a agenda de reformas não pode parar com a eleição. Mercado A19

Flerte com gastos eleva dívida de curto prazo a R\$ 1 trilhão

O prazo médio dos títulos da dívida pública emitidos desde janeiro caiu de 4,7 anos para 2,4 anos, refletindo o aumento da desconfiança de investidores em relação à solvência do país. Em um ano, os vencimentos em 12 meses quase dobraram, de R\$ 553 bilhões para R\$ 1,02 trilhão.

Para especialistas, trata-se de consequência da reação do mercado ante "barbearagens" da equipe econômica na condução das reformas e na busca de fontes de financiamento para programas sociais. Isso tem levado a uma busca maior por dólares como proteção, desvalorizando o real. Mercado A18

Renato S. Cerqueira/Futura Press/Folhapress



Bolsonaro e Russomanno ontem, no aeroporto de Congonhas

Para blindar sua gestão, Bolsonaro abandona embate

Jair Bolsonaro desguinada ao priorizar relação harmônica com Legislativo e Judiciário em oposição às críticas da base eleitoral. O jantar no fim de semana na casa de Dias Toffi, com Davi Alcolumbre e Kassio Nunes, evidenciou a estratégia. Poder A11

Em SP, presidente promete ajuda a Russomanno

Poder A10

Fim de desconto de IR para bancar programa pouparia mais ricos A20

Propaganda gratuita custará R\$ 538 milhões em renúncia fiscal para emissoras A6

Com estoque alto de processos, Brasil gasta 1,5% do PIB com Poder Judiciário A22

EDITORIAIS A2

Tenha medo

A respeito de conduta de Trump diante da Covid-19.

Muros de Doria

Sobre iniciativas do tucano quando prefeito de SP.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 167.623.478
VISITANTES ÚNICOS 30.539.483

VerCapas.com.br
ISSN 1414-5723
9 771414 572032

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM



JULIO MESQUITA

(1864 - 1947)

Terça-feira 6 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46375

estadão.com.br

Grandes bancos veem risco de agravamento da crise fiscal

Relatórios destacam o crescimento da dívida pública e falam em falta de resposta do governo e do Congresso

Relatórios de grandes bancos alertam que o País pode estar à beira de uma crise fiscal com falta de resposta do governo e do Congresso ao risco de crescimento acelerado da dívida pública. A tensão no mercado é crescente com as dificuldades em torno do financiamento do programa Renda Cidadã e as diver-

gências no governo sobre a flexibilização do teto de gastos. "A política fiscal está convidando a uma crise da dívida", diz relatório do Deutsche Bank, que fala em "abismo" fiscal. O Itaú Unibanco estima que a elevação de despesas sociais poderá levar a gastos, em 2021, acima do teto em R\$ 20 bilhões. Para o Santander,

o risco de criação de novos gastos obrigatórios aumentou e poderia minar o quadro de "consolidação fiscal". A dívida bruta fechou agosto em R\$ 6,39 trilhões, ou 88,8% do PIB. Ontem, com os sinais do governo de que o teto de gastos não vai ser furado, a Bolsa subiu 2,21% e o dólar recuou 1,82%. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **FMI: País precisa de reformas**
Para o Fundo Monetário Internacional, o Brasil precisa fazer a reforma tributária, finalizar acordos com a União Europeia e "continuar a priorizar a luta contra a corrupção e a lavagem de dinheiro". **PÁG. B8**

Latam é a 1ª a negociar corte definitivo de salários

Como consequência da crise no setor de aviação, os aeronautas da Latam aceitaram que o sindicato da categoria inicie negociação com a empresa para a redução permanente dos salários da tripulação. A permissão para corte de salários, desde que intermediado por sindicato, foi reforçada pela reforma trabalhista, em 2017. **ECONOMIA / PÁG. B10**

Ensino remoto deve ser permitido até o fim de 2021

O Conselho Nacional de Educação (CNE) deve aprovar resolução que permite o ensino remoto nas escolas públicas e particulares do País até 31 de dezembro de 2021. O documento recomenda que escolas não deem faltas aos alunos durante o período da pandemia e desaconselha a reprovação em 2020. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

edu

GUIA DO VESTIBULAR TRAZ PROFISSÕES DO FUTURO

Gestão Ambiental, Ciência da Computação e Administração Pública serão essenciais nas próximas décadas. **ESPECIAL**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	146.773
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM	398
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	659
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.940.499
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM	25.593
TOTAL DE RECUPERADOS*	4.295.302

*Dados não oficiais, baseados em informações de fontes oficiais.



Trump deixa hospital; 'Não tema a covid, saia'

Antes de deixar ontem à noite o hospital, após 3 dias de forte tratamento, Donald Trump, aconselhou: "Não tema a covid. Estou melhor que há 20 anos". Já na Casa Branca, tirou a máscara e sugeriu: "Saiam de casa". **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

Indicação para STF abre crise de apoiadores com Bolsonaro

A escolha de Kassio Nunes Marques para o STF fez crescer o descontentamento de antigos bolsonaristas com o presidente, acusado de "traidor" de compromissos de campanha. Empresários, militares, evangélicos e ativistas ideológicos esperavam a indicação de um nome "conservador". **POLÍTICA / PÁG. A8**

Estratégias opostas

Nos primeiros dias do horário eleitoral gratuito, Celso Russomanno deve explorar ligação com Jair Bolsonaro, e Bruno Covas, temas locais. **PÁG. A4**

Gestão pública COPIAR O QUE DEU CERTO REDUZ CUSTOS

A melhora da qualidade do serviço público à população nem sempre requer soluções inéditas. Petrolina, em Pernambuco, e Santos e Birigui, em São Paulo, têm exemplos já testados. **POLÍTICA / PÁG. A8**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Amigos do peito

As relações pessoais do presidente com integrantes do Legislativo e do Judiciário são até presumíveis. O problema é quando sugerem outros propósitos. **PÁG. A3**

Fraternidade e política

O papa Francisco lembra em sua encíclica que problemas globais exigem ações globais. **PÁG. A3**

Tempo em SP

20° Min. 35° Máx.

Nobel de Medicina HEPATITE C, MAIS PERTO DA CURA

Dois americanos e um britânico foram laureados por ajudar a criar drogas capazes de curar 99% dos casos. **METRÓPOLE / PÁG. A18**



NA QUARENTENA

FLIP VIRTUAL EM DEZEMBRO

Todas as mesas serão online e gratuitas. **PÁG. H1**

LENNON, 80, EM GRANDE ESTILO

Produtos e eventos celebram o ex-beatle. **PÁG. H3**



Eliane Cantanhêde

Desautorizada por Bolsonaro, Guedes é teimoso e duro na queda. Não vai engolir desaforo, como Moro, e logo sair atirando. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Pedro Fernando Nery

Já se desiste um modo de o voto infantil valer. Seria menos gasto público com eleitor mais velho, como com Previdência. **ECONOMIA / PÁG. B6**

Ana Carla Abrão

Ao escrever há mais de meio século Samba da Bênção, agora citado em encíclica, Vinícius não imaginaria tanto ódio no mundo. **ECONOMIA / PÁG. B8**

CAOA RENT A CAR
LOCAÇÃO A PARTIR DE
R\$ 1.450,00 /MÊS
EXCLUSIVO PARA EMPRESAS
VerCapas.com.br

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

[illegible]

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.954 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Resgatadas do fogo

Amanaci (E) e Ousado (D), onças que sobreviveram aos incêndios que atingem o Patanal desde julho, recebem tratamentos que incluem uso de células-tronco, aplicações de ozônio e laserterapia, no criadouro Nex, em Corumbá (GO). PÁGINA 19

Corte em supersalários pode ser saída para Renda Cidadã

O governo intensificou as articulações na busca por recursos para financiar o programa social com o qual pretende substituir o Bolsa Família, a partir de

2021. Nas conversas, com representantes do Executivo, do Congresso e do Tribunal de Contas da União, o Planalto atrai para todos os lados. E o mais novo

alvo atende pelo nome de supersalários. A ideia é instituir na PEC do Pacto Federativo uma espécie de gatilho que dispararia sempre que o teto do funcio-

nalismo, hoje fixado em R\$ 39 mil, fosse ultrapassado. Tudo para que haja recursos suficientes para financiar a criação do Renda Cidadã. A medida se soma a

outras, como o fim da dedução automática de 20% no Imposto de Renda simplificado, além da fusão de outros benefícios sociais já existentes. PÁGINA 2

Pix: 3,5 milhões de chaves inscritas no primeiro dia

Forte procura pelo sistema de transferência e pagamentos instantâneos do Banco Central chegou a provocar instabilidade em aplicativos dos principais bancos. A previsão é de que o serviço comece a funcionar em 16 de novembro. PÁGINA 6

O novo desafio de Nelsinho Piquet

Em entrevista exclusiva ao Correio, o filho do tricampe mundial de Fórmula 1 conta por que topou pegar a estrada neste mês no Rally dos Sertões. PÁGINA 14

A arte de romper fronteiras

Diretor de Eduardo e Mônica, melhor filme estrangeiro no Canadá, o brasileiro René Sampaio diz que cinema nacional tem "extrema qualidade". PÁGINA 22



Samara Schwinge/CB/DA Press



Criança morre em incêndio

Leonardo, de 10 anos, estava com a mãe na casa da avó, a pastora Maria das Graças Barbosa, em Planaltina. Luzinete Costa foi socorrida com queimaduras nos braços, pernas e tórax. O imóvel ficou reduzido a cinzas. PÁGINA 17

Pastor é executado a tiros em meio a culto

Francisco Antônio dos Santos Marques estava ajoelhado no altar quando recebeu vários tiros pelas costas. O assassino fugiu a pé e não foi identificado. O pastor iria a julgamento pelo assassinato de homem que se envolveu com a ex-companheira dele. PÁGINA 17

Ed Alves/CB/DA Press



A vez dos LGBTQIA+

Segmento ganha frente parlamentar a ser lançada hoje no Legislativo local pelo distrital Fábio Félix (PSol). "Tenho muito orgulho de ser o primeiro LGBTQ assumido da Câmara", diz. PÁGINA 16

Nobel por descoberta do vírus da hepatite C

Michael Houghton, Charles Rice e Harvey Alter identificaram patógeno causador da doença que mata 400 mil pessoas por ano no mundo. PÁGINA 12

Fotos: AFP



Covid-19

Juntado com fé, casado é

Cartórios do país registram aumento de 32% nas uniões estáveis durante a pandemia. O DF atingiu 72%. PÁGINA 5

Dívidas

Menos compras e mais cautela

O índice de famílias endividadadas no DF caiu, em relação a 2019. Mas, cresceu a inadimplência. CAPITAL S/A, 18



CLASSIFICADOS: 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 - assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .